



CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS – CRT

RESOLUÇÃO Nº 262/2018
2ª CÂMARA DE JULGAMENTO
60ª SESSÃO ORDINÁRIA EM: 22/10/18
PROCESSO Nº. 1/1588/2012
AUTO DE INFRAÇÃO Nº. 1/201202798
RECORRENTE: LOJAS RIACHUELO S/A
RECORRIDA: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA
AUTUANTE: Stela Lôbo
MATRÍCULA: 10679516
RELATORA: Conselheira Anneline Magalhães Torres

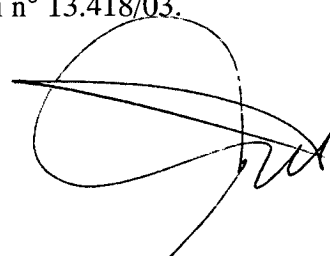
EMENTA: ICMS – 1. FALTA DE RECOLHIMENTO DE ICMS NO TODO OU EM PARTE INCLUSIVE O DEVIDO POR SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA, NA FORMA E NOS PRAZOS REGULAMENTARES. 2. A empresa foi autuada por deixar de recolher o ICMS em saídas de mercadorias com preços inferiores aos valores das aquisições. Recurso ordinário conhecido e provido. **3.** Auto de infração julgado **NULO**, por unanimidade de votos, tendo em vista falta de precisão do levantamento que embasou autuação, conforme parecer da Assessoria Tributária, adotado pelo representante da douta Procuradoria Geral do Estado. **4.** Reformada a decisão prolatada no juízo originário. **5.** Decisão amparada no art. 827, §8º do Decreto 24.569/97 e no art. 83 da Lei 15.614/2014.

RELATÓRIO

A peça fiscal submetida a nosso exame tem o seguinte relato: *“Falta de recolhimento do imposto, no todo ou em parte inclusive o devido por substituição tributária, na forma e nos prazos regulamentares. O levantamento de mercadorias vendidas, pela análise do preço médio ponderado, apresentou venda de itens com valor inferior ao custo da mercadoria adquirida no montante de R\$ 547.499,68(...).”*

Após indicar os dispositivos legais infringidos o agente fiscal aponta como penalidade o art.123, inciso I, alínea “c” da Lei nº 12.670/96, alterada pela Lei nº 13.418/03.

Anexos ao auto estão os seguintes documentos:





CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS – CRT

- Informações Complementares ao Auto de Infração;
- Ordem de Serviço nº 2011.43372;
- Termo de Início de Fiscalização nº 2012.01083;
- Termo de Intimação nº 2012.01193;
- Termo de Intimação nº 2008.19987;
- Anexos aos termo de intimação e planilhas de cálculo;

O contribuinte apresentou impugnação requerendo, em suma, a **NULIDADE** do presente Auto de Infração, ressaltando que realiza atividade principal varejista complexa de vestuário e acessórios, o que dificulta um levantamento simples em arquivos magnéticos. Alegou que a autuação utilizou, ao apurar apenas os arquivos magnéticos de registros contábeis do ano de 2008, o valor constante da última entrada de cada mercadoria, chegando a um valor médio equivocado das mercadorias vendidas. Ao final, alegou ainda o caráter confiscatório da multa aplicada.

Às fls. 84/96 temos o julgamento monocrático que decide pela **PROCEDÊNCIA** da ação fiscal, afastando a nulidade do feito levantada, ressaltou que os dados analisados pela autuação foram fornecidos pelo contribuinte em sua escrita fiscal e que qualquer ponto controverso refere-se ao ônus da prova que pertence, no caso, ao contribuinte, que alegou. No que diz respeito à redução da multa aplicada, aduziu que não cabe à autoridade julgadora administrativa analisar a constitucionalidade de tal matéria.

Irresignada com a decisão proferida pela instância singular, o contribuinte interpôs recurso ordinário, repisando as alegações de **NULIDADE** ação fiscal em tela já apresentada em sede de impugnação.

Através do Parecer de nº **271/2015** a Assessoria Tributária opinou pelo conhecimento do recurso ordinário, dando-lhe provimento, a fim de que seja modificada a decisão proferida na instância singular para **NULIDADE** da ação fiscal, haja vista os vícios apresentados no levantamento fiscal que embasou a atuação.

Em julgamento em 08 de julho de 2015 pela 2ª Câmara de Julgamento deste Contencioso, na 108ª reunião ordinária, em anexo aos autos, o presente auto de infração foi remetido à Célula de Perícia e Diligências a fim de verificar junto ao autuante a demonstração da forma de cálculo da média ponderada por ele utilizada; informar se no cálculo foi considerado somente as últimas aquisições, bem como, se foram considerados os preços médios considerando as mercadorias em estoque.



CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS – CRT

Ocorre que, realizada a diligência solicitada pela egrégia Câmara, conforme Laudo Pericial apensado às fls. 147/150, os encaminhamentos da Câmara de Julgamento restaram infrutíferos vez que, conforme conclusão do relatório pericial: “após meses de espera desde o primeiro contato, a documentação necessária da Perícia não nos foi enviada”, relato às fls. 148.

É o RELATÓRIO.

VOTO DA RELATORA

Trata-se de recurso ordinário interposto por **LOJAS RIACHUELO S/A** em face da **CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA**, objetivando, em síntese, a reforma da decisão exarada na instância originária inerente ao auto de infração sob o nº. **1/201202798**. O presente recurso preenche as condições de admissibilidade, razão pela qual dele conheço.

O processo *sub examine* originou-se de uma auditoria fiscal, onde restou constatada a falta de recolhimento do *ICMS substituição tributária*, em operações de vendas de mercadorias.

1. DAS PRELIMINARES

No que concerne à alegação do contribuinte de que realiza atividade principal varejista complexa de vestuário e acessórios, e o grande impacto dos valores das mercadorias em períodos de sazonalidade (natal, ano novo, etc), o que dificulta um levantamento simples em arquivos magnéticos, cabe efetivamente considerar que quando da realização do levantamento a auditoria deveria ter levado em consideração o estoque inicial a fim de garantir maior veracidade nos custos, o que não ficou claro nos autos.

Ademais, o resultado da perícia apresentada impossibilitou qualquer esclarecimento às questões apresentadas.

Ora, é cediço que no caso de se considerar a autuação tomando como base um levantamento de custos das mercadorias, caberia ao agente fiscal a demonstração específica das formas de cálculos para as inconsistências encontradas quando da análise das informações do contribuinte a fim de garantir-lhe amplo acesso à defesa e contraditório, todavia, embora realizada diligência administrativa para elucidar as dúvidas suscitadas, a autuação não apresentou nenhuma comprovação aos questionamentos levantados, de tal sorte que a ação fiscal não pôde ser validada.



**CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS – CRT**

Apenas a título exaustivo, com relação à multa aplicada sobre o valor do principal possuir caráter confiscatório e não-punitivo, atesta-se que tal penalidade encontra-se disposta no art. 123, inciso I, alínea “c” da Lei nº 12.670/03, sendo, portanto, pertinente ao caso, não cabendo à seara administrativa o julgamento de sua inconstitucionalidade.

Voltando ao tema em debate, considerando a falta de clareza e de precisão que norteiam a acusação fiscal em tela, e, sabendo que o objetivo precípua desta câmara é a busca da Verdade Material, com o desiderato maior de alcançar a justiça fiscal, resta inferir que o levantamento que embasou a denúncia posta no auto de infração não apresentou clareza suficiente. Nesse teor e nos termos na legislação administrativa, considero que a infração ora posta não há como prosperar, em consonância com o art. 83 da Lei 15.614/2014.

Conclui-se, do exposto, que não há elementos suficientes de prova que possa admitir que a acusação prospere, dada a sua insubsistência por meio dos argumentos ora exarados. Deste modo para que a justiça fiscal prevaleça deve ser reformada a decisão proferida em 1º Instância a fim de que seja declarada a NULIDADE da ação fiscal, nos termos apresentados pelo Parecer da Assessoria Tributária.

2. DO VOTO

Ex positis, voto pelo conhecimento do recurso ordinário interposto, dando-lhe provimento, reformando a decisão condenatória proferida pela 1º Instância, julgando **NULA** a presente ação fiscal, conforme parecer da Assessoria Tributária, adotado pelo representante da douta Procuradoria Geral do Estado.

É o VOTO.



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Fazenda

**CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS - CRT**

DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que é recorrente **LOJAS RIACHUELO S/A** e recorrida **CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA**. A 2ª Câmara do Conselho de Recursos Tributários, resolve por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, dar-lhe provimento, para modificar a decisão condenatória exarada e, em grau de preliminar, declarar a **nulidade** do feito fiscal, nos termos do voto da Conselheira Relatora e de acordo com o Parecer da Assessoria Tributária, adotado pelo representante da douta Procuradoria Geral do Estado.


SALA DAS SESSÕES DA 2ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS, em Fortaleza, aos 10 de 12 de 2018.


Antônia Helena Teixeira Gomes
PRESIDENTE DA 2ª CÂMARA


Francisco Wellington Ávila Pereira
CONSELHEIRO


Mônica Maria Castelo
CONSELHEIRA


Victor Hugo Cabral de Moraes Júnior
CONSELHEIRO


Ubiratan Ferreira de Andrade
PROCURADOR DO ESTADO


Agatha Louise Borges Macedo
CONSELHEIRA


Anneline Magalhães Torres
CONSELHEIRA RELATORA


Pedro Jorge Medeiros
CONSELHEIRO